

CARTAS CHILENAS: TRANSFORMAÇÕES E TENSÕES EM VERSOS SATÍRICOS AS VÉSPERAS DA INCONFIDENCIA MINEIRA

ANA MARIA BERTOLINO¹

GUILHERME AMARAL LUZ²

Resumo:

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa em História sobre as *Cartas Chilenas*, obra de Tomás Antônio Gonzaga. A pesquisa foi focalizada na análise da sociedade das Minas no último quartel do século XVII, a partir da interpretação satírica de Gonzaga daquela realidade. O momento era de grandes transformações e conflitos políticos e sociais, conforme transparecem nas críticas de Critilo (Gonzaga) ao Governador Fanfarrão Menésio (Cunha Meneses), sendo que as cartas tinham o intuito de denunciar, conforme a visão teológico-política então hegemônica, os abusos cometidos pelo governador. O resultado do estudo está dividido em duas partes. A primeira teve como objetivo rever a fortuna crítica da obra, focalizando igualmente os estudos históricos sobre a dinâmica da sociedade mineira e as suas transformações no século XVIII. Na segunda parte, o foco foi perceber, a partir de uma das “cartas” de Gonzaga, a relação entre a província de Minas e a coroa portuguesa, abordando a elite mineira no complexo jogo de interesses e poderes que vinha se alterando na lógica político-administrativa do Império português.

Palavras chave: Cartas Chilenas, Tomás Antônio Gonzaga, Minas Gerais (Século XVIII), História Política.

¹ Graduanda no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PIBIC/CNPq/UFU 2011-2012, Av. Ana Godoy de Souza n° 104. Apto. 07. Bairro Santa Monica, Uberlândia- MG, CEP. 38.408-290, ana_maria_bertolino@hotmail.com.

² Doutor em história, professor do INHIS/UFU, orientador do PIBIC/CNPq/UFU 2011-2012, galuz@uol.com.br

Abstract:

This article presents the result of a research on history about the *Chilean Letters (Cartas Chilenas)* by Tomás Antônio Gonzaga. The research focused on the analysis of the Minas society in the late XVIII century, beginning from Gonzaga's satirical interpretation of that reality. That was a time of great political and social changes, according to what is shown in Critilo's (Gonzaga's) critics to the governor Fanfarrão Menésio (Cunha Meneses). And those letters had the intention of reporting, according to the political-theological vision of that time of hegemony; the abuses committed by that governor. The result of such a study is divided into two parts. The first aimed to review the critical fortunes of that work, focusing both on the historical studies about the dynamics of Minas society and its changes in the XVIII century. At the second part, the aim was to notice, through one of Gonzaga's letters, the relation between Minas and Portuguese Crown, approaching the Minas elite in the complex game of interest and power that had been changing in the political-administrative logical of the Portugal kingdom.

Key-words: Chilean Letters, Tomás Antônio Gonzaga, Minas Gerais (XVIII century), political history

Mots-clés: Lettres Chiliennes, Tomás Antônio Gonzaga, Minas Gerais (XVIII^{ème} siècle), histoire politique

Palabras clave: Cartas Chileñas, Tomás Antônio Gonzaga, Minas Gerais (siglo XVIII), la historia política

Este projeto tem o intuito de estudar a obra *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, pensando o seu momento histórico, último quartel do século XVIII, e questões levantadas pelo livro, como as transformações e os conflitos da sociedade mineira. O estudo foi movido pela problemática de mostrar que a obra tinha um caráter histórico, o que não conflita com o seu estatuto literário; vendo como Gonzaga interpreta a situação política daquela região no horizonte do seu vitupério poético.

A pesquisa se dividiu em duas partes, sendo que, na primeira, estudou-se a fortuna crítica da obra e tentou-se entender a realidade vivida nas Minas do final do século XVIII, vendo as influências intelectuais e como os homens daquela época formavam os seus pensamentos. No segundo momento, buscou-se compreender a relação da província de Minas com a coroa portuguesa, percebendo que esta relação também sofreu várias mudanças ao longo do século XVIII; sendo que essa relação teria influência sobre cotidiano da sociedade de Minas, gerando conflitos entre a elite. Nesta parte, inserimos a análise da décima carta do livro de Gonzaga. Com este estudo, espera-se apreender que a obra *Cartas Chilenas* é uma interpretação poética, a partir da qual é possível recompor aspectos da dinâmica política e social das Minas no último quartel do século XVIII.

A primeira parte deste artigo destina-se a situar o contexto da obra *Cartas Chilenas*. Isso se dá com o objetivo, inclusive, de compreender o lugar, o período e a realidade em que o seu autor, Tomás Antônio Gonzaga, vivia. Tal objetivo passa por pesquisar a sociedade mineira e a dinâmica em que esta vivia em vésperas da escrita das *Cartas*. Assim, procura-se uma visão a respeito do que ocorria naquela região. Ainda se faz importante salientar que o período retratado nas *Cartas Chilenas* é o último quartel do século XVIII, momento no qual a produção de ouro, que era, então, a principal atividade econômica de todo o Império Português, já se encontrava em declínio.

Se faz importante pensar os intelectuais desta região, os quais deram suporte para a Inconfidência Mineira, destacando que Tomás Antônio Gonzaga tinha um papel central dentro deste grupo. Esta realidade pode ser compreendida com os artigos de os artigos de Luiz Carlos Villalta e André Pedroso Becho, contidos no livro *História de Minas* (RESENDE & VILLALTA, 2007: 551-689), na parte em que falam sobre a Inconfidência e o que influenciava os pensadores da Província. Logo na introdução, fica claro que a

Inconfidência Mineira deve ser compreendida como uma revolta regional, pelos abusos, tanto econômicos como políticos, cometidos pela coroa contra os mineiros (VILLALTA, 2007: 554), desmistificando, assim, o suposto caráter nacional com o qual muitas vezes foi pintada.

Segundo Villalta e Becho, os Inconfidentes se reuniam em casas de particulares. Nestas reuniões, além de discutirem os rumos da rebelião contra a coroa, também conversavam sobre assuntos literários e trocavam livros entre si. Apesar de nunca ter-se assumido como um conjurado, é preciso destacar a participação de Gonzaga em tais reuniões, cuja motivação alegava estar restrita aos assuntos literários debatidos (BECHO & VILLALTA, 2007: 556).

Nas reuniões feitas pelas os conjurados, eram discutidas quais seriam as próximas ações e quais seriam os próximos passos do grupo, porém nelas também eram debatidos assuntos de história e acontecimentos mundiais que afetariam indiretamente o reino e a província, como a Independência dos Estados Unidos, por exemplo.

Nesses espaços[as reuniões], ao mesmo tempo, debatiam-se questões literárias e/ou atualidades históricas (a revolução norte-americana, a retenção do infante na Espanha, o empréstimo da rainha á czarina, etc.) formulavam-se e difundiam-se as idéias e os planos de rebelião, demarcando o espaço por ela abarcado: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e, de modo muito vago, impreciso e contraditório com o conjunto das referências geográficas, o Brasil. (BECHO & VILLALTA, 2007: 567).

Esta época era de agitação mundial, na qual uma grande quantidade de conceitos estavam se modificando e ganhando novos contornos, como o de família, o de pátria e o de nação. A Independência dos Estados Unidos, neste contexto, teve uma grande influência nas ideias da Inconfidência Mineira, oferecendo aos conjurados conceitos e maneiras para pensarem a questão a respeito do que seria e de como seria a nova nação a ser construída por eles.

Luiz C. Villalta, em outro texto, trata mais densamente das referências e influências intelectuais dos conjurados mineiros. O autor aproxima estes princípios com aqueles contidos nas *Cartas Chilenas*. Nas suas palavras: as *Cartas Chilenas* “(...)

antecipam alguns princípios defendidos pelos conjurados. Embora não possam ser tomadas como a pura expressão dos ideais da Inconfidência Mineira de 1788-1789, evento posterior, é inegável que tem uma certa proximidade com eles” (VILLALTA, 2007: 579), mostrando mais uma vez a ligação estreita de Gonzaga com os conjurados.

Em relação a esses ideais comuns presentes tanto nas *Cartas Chilenas* quanto na Inconfidência, Villalta mostra a influência do pensamento das Luzes, como os de Montesquieu e de Locke, que se espalham pelo mundo naquele momento, e também dos jesuítas das Américas, sendo importante ressaltar a figura do Padre Vieira (VILLALTA, 2007: 587). No caso de Gonzaga, fica mais evidente esta última tendência, por ele ter recebido educação jesuítica. Os preceitos mais utilizados por Gonzaga e pelos conjurados são os relacionados à política, às leis – que era umas das tópicas favoritas do autor – e ao governo. Estas temáticas estavam em evidência neste momento, pois no mundo inteiro estavam surgindo revoltas e críticas contra governos e novos projetos e ideias, inclusive em Minas. Ainda quanto às referências teóricas, há de se mencionar a presença do padre Raynal, o qual forneceu subsídio para os conjurados contra a coroa. Raynal se baseava no contexto norte-americano, explicando que a riqueza dos Estados Unidos era grande e por isso precisava se libertar da Inglaterra. O mesmo argumento pode ser aplicado a Minas, que possuía várias riquezas e, segundo Tiradentes, eram ainda maiores que as dos EUA (VILLALTA, 2007: 590-591).

Com este pequeno panorama sobre a realidade das Minas Setecentista e das influências intelectuais sofridas por Gonzaga e os outros conjurados, montou-se um quadro para a compreensão das *Cartas Chilenas*. Porém, ainda nos resta tratar dos posicionamentos tomados por Tomás Antônio Gonzaga e o que isso pode ter representado na sua obra e para o seu envolvimento na revolta contra a coroa. Se faz necessário, por exemplo, destacar o gênero retórico das *Cartas de Critilo*. Por hora, vale pensar que umas das características da retórica epidítica é de elogiar ou vituperar (censurar) algo ou alguém, ficando claro que intenção de Gonzaga, através de Critilo, era criticar os atos e a moral de Fanfarrão Minésio, pseudônimo satírico por meio do qual uma clara referência ao governador Cunha Meneses retoricamente construía-se.

É preciso, no sentido exposto acima, analisar os estudos de Ronald Polito em seu livro *Um coração maior que o mundo* (POLITO, 2004), no qual faz um mapeamento sobre Tomás Antônio Gonzaga, pontuando os temas mais caros por ele tratados. Para isso, Polito usa como fonte não só as *Cartas Chilenas*, mas também outras duas obras do autor: *Marília de Dirceu* e *Tratado de direito natural*. Polito detém-se a analisar cada um destas obras separadamente e, no conjunto, tenta montar a intertextualidade existente entre as três, apontando traços que caracterizariam Gonzaga como autor. Ele demonstra as principais características que atravessam as três obras, como sua intenção moralizante e pedagógica, porém também as especificidades de cada uma delas. No caso, as *Cartas* e o *Tratado* possuem uma maior aproximação, já que as duas obras visam a organização social e política (POLITO, 2004: 32-33). Focalizaremos, com especial atenção, a parte sobre as *Cartas Chilenas*, que é o objeto desta pesquisa.

Já pensando especificamente nas *Cartas Chilenas*, há uma problemática a ser questionada: pensar se a obra *Cartas Chilenas* possui um valor literário e histórico ou um valor literário independente das questões de seu tempo. Este problema é constantemente debatido pelos estudiosos da obra. De acordo com Polito, para muitos dos críticos, “as *Cartas* não passariam de narrações prolixas e banais, a matéria insignificante, e o andor geral das epístolas sem viço” (POLITO, 2004: 38-39). Porém, com as leituras e os estudos realizados, se vê que as *Cartas* não se enquadram no rótulo de somente uma obra literária, pois, mesmo que mostre a interpretação de Tomás Antônio Gonzaga, a obra relata fatos da região mineradora, que, no período, passava por transformações políticas e sociais profundas. Portanto, o livro não pode ser tido como um mero relato literário, sem considerar o seu lado histórico.

Em seu estudo, Polito divide temas a serem analisados nas obras de Gonzaga. Em primeiro lugar, trata do sagrado, vendo como era exposto nas obras, junto com as simbologias envolvidas neste assunto. Nas *Cartas Chilenas*, fica bem evidente o lugar do sagrado, porque Critilo trata como castigo divino o fato de se ter um mau governante, personificado na figura de Fanfarrão Minésio.

O que importa neste contexto é a posição de Critilo: o governador injusto é instrumento pelo qual Deus pune os homens porque esses mesmos homens desrespeitaram a lei divina. A

corrupção humana é o afastamento do pleno divino, e não primordialmente fruto das próprias ações dos homens entre si. Assim, a tirania de Fanfarrão alcança sua justificativa nos desígnios de Deus. (POLITO, 2004: 84)

Outro fato inscrito segundo uma “gramática” do sagrado é a chegada de Fanfarrão Minésio (Cunha Meneses) no Chile (Vila Rica) na véspera do dia de São Bartolomeu, que, segundo a crença popular, é o santo que solta o diabo (POLITO, 2004: 71). Assim, Gonzaga associa a figura do diabo a Fanfarrão Minésio, atribuindo a ele os males que ocorreram na região. Nas *Cartas Chilenas*, fica claro o desrespeito de Fanfarrão pelas autoridades eclesiásticas, como vê na carta nº. 4, na qual Fanfarrão cobra imposto de uma ermida humilde, que vivia de esmolas e era cuidado pelo eremita de Matosinho, rebaixando-a perante o seu poder, se portando como se fosse a autoridade máxima. Segundo Polito, Gonzaga não comunga da ideia do absoluto poder da coroa, face à interferência nas questões religiosas (POLITO, 2004: 76).

Ainda vê-se que há uma constante referência à mitologia greco-romana nas *Cartas*, bem como alegorias e exemplos provenientes de textos daquela época. Muitas vezes, esta mitologia aparece em forma de metáfora, sendo usada com sentido pedagógico; mas fica bem nítido que a verdadeira religiosidade e crença do autor advém preceitos da religião católica (POLITO, 2004: 82), como a religião oficial do império português.

Outro tema de maior importância e valor para as *Cartas Chilenas*, e que será analisado na terceira parte do livro de Ronald Polito, é quanto à sociedade e ao político, refletindo como se forma o político dentro daquela sociedade do último quartel do século XVIII. Esta temática permite uma aproximação das *Cartas Chilenas* com o *Tratado de direito natural*. Algo que se torna claro na leitura das *Cartas* é a influência das atitudes da vida privada sobre a pública, pois Critilo deixa evidente que Fanfarrão age de maneira desonrosa tanto nas coisas públicas, quanto nas privadas. Isso mostra que, na visão de Critilo, não existe separação radical entre esses espaços da vida social.

A reflexão sobre o público e o privado nos leva a pensar sobre a questão de como Gonzaga compreende a nomeação para os cargos públicos pela coroa. Nesta época, o preenchimento para os cargos eram na maioria das vezes por herança hereditária

(POLITO, 2004: 140-141). Isso leva Critilo a indagar este sistema, pois não leva em conta a capacidade, a virtude e a moral que a pessoa tem para o cargo. Polito também mostra que há esta preocupação no *Tratado de direito natural* (POLITO, 2004: 141).

Gonzaga, através de Critilo, coloca a situação sócio-política da província em perspectiva, vendo as transformações que ocorriam naquele momento, porém, Polito adverte: “(...) o texto [Cartas Chilenas] não esboça um projeto sistemático acerca disso, apenas entrevê o problema de uma perspectiva geral.” (POLITO, 2004: 129). Com isso, vem afirmar que as *Cartas* não possuíam um caráter revolucionário, mas sim de informar ao rei sobre o que acontecia na província, ou seja, dos desmandos de Cunha Meneses.

A última parte do estudo de Polito traz uma análise e uma discussão de cunho literário sobre as *Cartas Chilenas*. Nela, são pontuados alguns dos livros referidos na obra, como o *El Criticón* de Gracián, que provavelmente serviu de inspiração para Gonzaga criar o seu codinome Critilo (POLITO, 2004: 244). Também é relatado que o gênero poético praticado por este autor, chamado de heroico-cômico, estava em uso no período e a maior referência a este gênero presente nas *Cartas* é a de *Dom Quixote*, de Cervantes. Cogita-se, inclusive uma relação de semelhanças entre Fanfarrão Minésio e Sancho Pança (POLITO, 2004: 244-245). Outro ponto a se destacar é como Critilo descreve os cenários e as personagens, no qual Polito aponta como se fosse uma pintura, mostrando um retrato da situação. Toda esta pintura da situação vem carregada de metáforas, tons sarcásticos e caricatos sobre o Governador (POLITO, 2004: 240-241).

É possível colocar o livro de Ronald Polito em diálogo com o livro de Joaci Furtado, *Uma republica de leitores* (FURTADO, 1997). Os dois estudos tentam montar o panorama sócio-político no qual Gonzaga escreveu suas obras literárias. Pensando nas duas pesquisas dos autores, note-se uma diferença entre os eixos estudados, sendo que a de Polito tenta compreender com maior amplitude as obras de Gonzaga, fazendo um mapeamento dos principais aspectos trabalhados por este autor, como a virtude, a moral e o apreço às leis, tentando elencar cada um desses temas nas principais obras do autor. Já o estudo de Furtado focaliza as *Cartas Chilenas*, a partir de uma perspectiva histórica, compondo, inclusive, uma breve retrospectiva dos personagens Tomás Antônio Gonzaga e Cunha Meneses, até se cruzarem em Vila Rica, onde se dá o cenário para Gonzaga

escrever as *Cartas*. Com isso, os dois estudos vão por vertentes diferentes; mas podem ser vistos como complementares para compreender a obra e a realidade vivida por Gonzaga.

Outra obra que ajuda a entender o contexto das Minas setecentista é a de Sérgio Alcides. Como se vê, no título, trata-se de um estudo sobre Cláudio Manuel de Costa – que juntamente com Gonzaga é um dos expoentes do “Arcadismo Luso-brasileiro” –, destacando a relação e o apego deste autor com a região, pois, diferentemente de Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa era natural daquela terra.

Logo na introdução, Alcides expõe os preceitos do arcadismo de louvar a natureza, o lugar da simplicidade que seria o *locus amoenus*, onde o pastor idealizava ter uma vida simples junto com uma bela pastora, na maioria das vezes, inalcançável (ALCIDES, 2003: 13-14). A paisagem de Minas Gerais era propícia aos preceitos árcades, pois formava um lugar bucólico com os seus morros, que a natureza correspondia ao estado emocional do pastor, como o autor Sérgio Alcides afirma: “O pastor é triste, e a terra é triste” (ALCIDES, 2003: 14).

Cláudio Manuel cria por Minas uma antipatia depois de sua volta de Portugal, onde realizou seus estudos. Após seu regresso de Portugal para Minas, este começa a produzir poemas de elogio aos governantes da região. Estes poemas eram escritos, ressaltando o progresso e a civilização ocasionados pelos governantes e pela coroa, que, à moda do Reformismo Ilustrado, traziam, segundo pensava, ordem para o sertão (ALCIDES, 2004: 26-27). Também há elogios apologeticos aos desbravadores paulistas, antecessores genealógicos da “nobreza mineira”, que estabeleceram os primeiros núcleos civilizatórios na região.

É importante ressaltar que Cláudio Manuel da Costa escreveu um poema dedicado a Cunha Meneses. Os dois eram amigos e o poeta ressaltava as qualidades e competência do governador para o cargo desde quando tomou posse. Este poema se encontra no livro *Parnaso*, do qual Alcides retira o trecho abaixo:

*Enfim tudo é delícia
Na opulenta região das áureas Minas;
E tu, ó bom Meneses,
Desses troncos incultos, dos penhascos*

*Mais hórridos, mais feios,
 Dos queimados Tapuias
 Fazes polir a bárbara rudeza,
 Fazes domar a natureza ferraza.*
 (ALCIDES, 2003: 28)

Em um dos capítulos do livro, Sérgio Alcides compõe o cenário de Portugal, quando a Arcádia Lusitana estava se formando e havia uma discussão sobre o gosto e o estilo da escrita. Para além da reforma no campo literário, também se mostra um momento de transformação social, que se aproxima do momento em que Gonzaga escreve as *Cartas Chilenas*. No que se refere a Portugal, vivia-se um conflito entre os valores antigos da aristocracia cortês, de herança, e os novos da “burguesia”, que comprava os seus títulos (ALCIDES, 2003: 61). Este conflito também aparece no livro na relação de Critilo e Fanfarrão Minésio, que é cheia de oposições. Também aparece, no livro de Sérgio Alcides, o debate do privado invadindo o público, no qual o segundo influi no primeiro, como expresso no fragmento abaixo:

O espaço privado e o público, então, de modo algum são excludentes. Pelo contrário, a certeza que o foro interior da moral tem de si própria reside em sua própria capacidade de tornar-se público. O espaço privado se dilata por si só até o espaço público e é somente neste espaço público que as opiniões privadas se erigem em lei. (ALCIDES, 2003: 68)

O Arcadismo, tanto em Portugal quanto em Minas, representou uma transformação do modo de escrever, provocou uma polidez na forma, havendo uma forte influência da Arcádia de Roma. Pode se falar que esta mudança trouxe um gosto mais refinado, como diz Alcides: “Era necessário policiar o gosto, polir o estilo, refinar-se” (ALCIDES, 2003: 85).

Outro elemento de importância é quanto à divisão social de Minas, pois se sabe que esta sociedade era muito conflituosa e heterogênea. Segundo Alcides, pode-se dividir esta sociedade em quatro camadas. Em sua maioria, os letrados se encontravam na camada superior, pois estes eram geralmente nomeados para cargos pela coroa, como o próprio Tomás Antônio Gonzaga, ou jovens que foram estudar em Portugal, como no caso de Cláudio Manuel da Costa. Assim, por parte dos letrados, havia uma grande interação com os conhecimentos, facilitando o intercâmbio entre as culturas. Porém, a

sociedade mineira, que ainda passava por transformação, não era sentida como um lugar apropriado para os letrados, pois se percebiam fora de um lugar frutífero para o exercício pleno das suas ideias. A sociedade mineira, por mais que tivesse ganhando, conforme entendiam os letrados, um pouco de civilidade, isso não era adquirido de forma natural, como se vê no trecho abaixo:

Se a vida cotidiana mineira, na sua singularidade, permitiu-lhe o vislumbre de uma sociedade polida, a cotidiana frustração desse ideal de civilidade acentuava ainda mais seu desconforto.
(ALCIDES, 2003: 127)

Ainda no campo social, Alcides apresenta uma sociedade de contrastes e até mesmo oposições, sendo que a paisagem rústica e brutalizada do lugar parecia influir na sociedade mineira, sob o parecer dos letrados. Outro aspecto é que a distância entre Portugal e as Minas parecia ser um obstáculo para a instauração da ordem. Os temas da ordem e da lei, por sinal, encontram-se enfatizados nas *Cartas Chilenas* de Gonzaga. Tal distância, além de geográfica, é também intelectual, pois, no parecer dos letrados, Minas não era um lugar propício às ideias mais avançadas, iguais as que circulavam pela Europa. Assim, estes homens criaram um espaço de trocas intelectuais restrito ao privado, podendo pensar no artigo de Villalta e Becho (2007: 555-578), no qual são referidas as reuniões feitas nas casas dos próprios conjurados.

Nota-se, na obra de Cláudio Manuel da Costa, uma veia política forte, pois, em vários momentos do livro de Alcides, veem-se referências a poemas de Cláudio Manuel dedicados a algum político. Isso se mostra como um ponto de contato entre este autor e Gonzaga, pois os dois tentam mostrar em seus textos que era preciso levar ordem e o apego às leis às Minas, para que a civilização pudesse, enfim, adentrar no sertão. Porém, enquanto Cláudio elogiava os políticos, dizendo que estes trariam a civilidade; Tomás Antônio Gonzaga, com as *Cartas Chilenas*, faz críticas ferozes e ácidas a Cunha Meneses, apontando o desrespeito às leis por parte do próprio governador, que era quem deveria mais zelar pelo cumprimento da justiça.

Para além das relações políticas de poder que havia em Minas, também há de se pensar nas relações que esta tinha com a coroa, como o poder da coroa de Portugal influenciava nessa região. A crise do ouro abalaria essa relação entre a coroa e as Minas

por questões não somente de ordem econômica, mas também no setor político e de interesses divergentes. A próxima parte do projeto pretende analisar a política da coroa em relação às colônias, vendo que esta política diversificava-se conforme as vicissitudes locais, como se lê em artigos sobre o assunto, de modo a perceber a província de Minas no último quartel do século XVIII no contexto da administração ultramarina. Nosso foco será compreender essa política sob a visão de Tomás Antônio Gonzaga, nas *Cartas Chilenas*. Para isso, será analisada a décima carta, dando suporte para entender melhor o que foi estudado durante todo o percurso dessa pesquisa.

Na décima carta da obra, Critilo relata para seu correspondente, Doroteu, diversos abusos graves de poder cometidos por Fanfarrão Minésio, tanto que o título da carta é *Em que se contam as desordens maiores, que Fanfarrão fez em seu Governo* (GONZAGA, 2006: 142-152). O interessante dessa carta é que explora vários elementos que compõem a obra, como a erudição de Gonzaga, sob a personagem de Critillo, e o mau caráter de Fanfarrão, tratado como um castigo de Deus para a população de Minas. No início da carta, Critilo escreve que, para se inspirar, leu os poemas de Ovídio, poeta Romano, no qual conta as desventuras humanas, que fariam lembrar dos malfeitos que Fanfarrão Minésio (Cunha Menezes) comete no Chile (Minas). Desse ponto, o autor começa a relatar as “asneiras”, como ele diz, feitas pelo governador. No segundo momento da carta, tem-se uma crítica à prática de Fanfarrão Minésio mandar prender os seus desafetos sem nenhuma razão consistente e ainda com grandes despesas para mandá-los à Relação do Continente, “tribunal superior do império”, que, na colônia, tinha suas sedes na Bahia e no Rio de Janeiro. Para que se sinta a tônica dessas críticas feitas por Critilo, segue abaixo o trecho fim dessa denúncia:

*Amigo Doroteu, o nosso Chefe
É qual mulher ciosa, que não pode
Vingar no vário amante os duros zelos,
E vai desafogar as suas iras
Bebendo o sangue de inocentes filhos.
(GONZAGA, 2006: 145)*

Nesses versos, fica nítido que o desentendimento entre Critilo, Tomás Antônio Gonzaga, e Fanfarrão, Cunha Menezes era político, pelas metáforas, pelo tom das

palavras de ironia e acidez³, típicas de Gonzaga. Nessa carta, ainda cita-se o despotismo do governador com o comércio de coisas ilícitas, Critilo até chama o grupo do governador de quadrilha.

Em outra parte da carta, trata-se de como Fanfarrão intromete-se nas decisões dos juízes e magistrados, passando por cima das leis e decisões da justiça, como em disputas por terras e por escravos. Critilo sugere que há magistrados que até respeitam mais as “leis do Chefe” do que as da coroa.

*O reto magistrado, que respeita
Mais que ao Chefe, as leis do seu monarca
Ordena, que o porteiro incontinenti
As pretendidas casas meta a laço.
Honrado cidadão o preço cobre.*
(GONZAGA, 2006: 149)

Encerrando a décima carta, Critilo escreve que os males que estavam ocorrendo no Chile seriam em decorrência dos crimes cometidos pelos antepassados; sendo que um governante tirano, como Fanfarrão Meneses, seria uma forma de punição pelos abusos cometidos. Para ter uma melhor noção disso, segue abaixo um trecho:

*Talvez, prezado amigo, que nós hoje
Sintamos os castigos dos insultos,
Que nossos Pais fizeram. Esses campos
Estão cobertos de insepultos ossos,
De inumeráveis homens, que mataram.
Aqui os Europeus se divertiam
Em andarem à caça dos Gentios,
Como à caça das feras, pelos matos.*

*Que muito pois Deus levante o braço,
E puna os descendentes de uns tiranos
Que sem razão alguma, e por um capricho
Espalharam na terra tanto sangue!*
(GONZAGA, 2006: 152)

3

A acidez de Gonzaga foi estudada por Manuel Rodrigues Lapa, que é citada no livro de Joaci Furtado, no capítulo quatro, quando ele discute a questão da autoria das *Cartas Chilenas*. FURTADO, J. P. *Uma república de leitores. História e memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*, São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 154-155

Assim, o castigo de Deus, que cairia sobre a população do Chile, era algo para saldar as faltas cometidas pelos primeiros exploradores da região, que sacrifico e matou a população nativa.

Estudando sobre a política de Portugal com suas colônias, vê-se que apesar de uma hierarquia, que era funcional, não havia um conjunto de regras administrativas previamente preestabelecidas, pois as colônias de Portugal eram várias e heterogêneas, cada qual com as suas especificidades. Porém, na época estudada, que se insere dentro do período pós-pombalino, percebe-se um processo de centralização político-administrativa por parte da coroa, numa perspectiva mercantilista própria ao Despotismo Ilustrado. Nas Minas, pela sua importância econômica, tal processo foi intenso, atingindo em cheio os já frágeis vínculos e pactos políticos lá presentes entre as elites locais e os interesses mercantis metropolitanos. Mas, ainda assim, eram cabíveis algumas ações mais independentes de governadores, frente ao poder central, como alguns atos de Cunha Meneses, Fanfarrão Menésio, tão criticadas por Tomás Antônio Gonzaga nas *Cartas Chilenas*.

Para dar suporte a esta tese de descentralização administrativa no interior das instituições coloniais/ultramarinas do Império português, utiliza-se um artigo de António Manuel Hespanha: “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” (HEPANHA, 2001: 163-188), no qual ele busca rever alguns conceitos como os de “estado”, “centralização” e “poder absoluto”, que vêm sendo revistos pela historiografia. Para Hespanha, o Império português se caracteriza por uma monarquia corporativa (HESPANHA, 2001: 166), pois as colônias tinham uma certa autonomia em relação à coroa, como se vê no trecho:

De qualquer modo, algumas concepções correntes sobre a história política e institucional do Império português carecem de uma profunda revisão, já que a visão dominante é a da centralidade da Coroa, com as suas instituições, o seu direito e os seus oficiais. (HESPANHA,2001: 167)

Hespanha ainda expõe que a elite local tinha um grande peso nas decisões políticas da colônia, colocando os interesses pessoais em primeiro lugar; destacando que, quando a Coroa interferia nos assuntos coloniais, era tratada como um intruso estrangeiro (HESPANHA, 2001: 168). Porém a época das *Cartas Chilenas* foi um período em que o controle colonial se fazia mais rígido, sendo que Minas era responsável pela maior fonte de riqueza do reino, o ouro, aspecto vital para o mercantilismo luso. Segundo a dissertação de Edeílson Azevedo, Portugal imaginava que o ouro das Minas era tão abundante que quanto mais se explorasse, mais ouro teria (AZEVEDO, 2005: 158), fazendo pressão para a arrecadação das 100 arrobas para a coroa portuguesa, gerando conflito de interesses entre metrópole e colônia, pois a segunda já se encontrava na crise do ouro.

Durante o período pombalino, a coroa nomeava, para os cargos administrativos, pessoas da elite local para ter uma junção dos interesses do estado e das lideranças locais; porém, quando divergiam no que almejavam, havia a tendência da elite para que seus interesses pessoais sobressaíssem, como Kenneth Maxwell analisa em seu livro *Devassa da devassa* (MAXWELL, 1995: 87). Esses conflitos de interesses agravam-se ainda mais com a queda de Pombal, pois os colaboradores do Marquês ainda estariam em cargos administrativos, assim confrontando com os novos ditames da coroa (MAXWELL, 1995: 94-95). Dentro dessas divergências, que na maioria das vezes se davam por conta do Quinto, a figura do governador era vista como um potencial conciliador entre os dois lados do Atlântico. Para se ter uma melhor noção do papel do governador e de que os mineiros não se curvavam aos ditames imperiais, segue abaixo um trecho da dissertação de Edeílson Azevedo:

Mas para que os habitantes de Minas Gerais, considerados insubmissos desde o início da exploração das Minas de ouro e diamantes, não se sublevassem contra as autoridades locais, havia um mecanismo da negociação política entre os súditos e o soberano, este representado pelo governador. (AZEVEDO, 2005: 147)

Sendo influenciada pela elite local, a política da província se mostra nas *Cartas*. Por mais rígido que fosse o controle sobre as Minas, a elite e seus interesses tinham o

poder de controverter ou negociar as decisões da coroa. Um exemplo disso é o próprio Cunha Meneses com a distribuição de privilégios ao seu grupo e passando por cima das leis.

Voltando ao texto de Manuel Hespanha, outra questão a ser destacada é quanto ao direito colonial. Por não ter uma legislação única, o direito tinha que se adaptar às leis locais, levando em conta os costumes do lugar; sendo que às vezes eram utilizadas as normas tradicionais da região (HESPANHA, 2001: 172-173). Isso fica nítido nas *Cartas Chilenas*, quando Critilo faz críticas às interferências de Fanfarrão nas decisões tomadas pelos juízes e magistrados, tendo um exemplo disso na décima carta, como se vê abaixo:

*Aconselhar conforme as Leis de Reino
É culpa que mereça um tal castigo?
E pode ser castigo regulado
Pagar o conselheiro aquela soma,
Não é isso furta? Não é violência?
Ah pobre, ah pobre povo, a quem governa
Um bruto Genera, que ao Céu não teme,
Nem tem o menor pejo, de lhe verem
Tão indignas ações os outros homens!*
(GONZAGA, 2006: 148)

No Artigo “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, Hespanha expõe a autonomia que os vice-reis e os governadores possuíam. A esses eram dados poderes importantes de fazer nomeações, dar mercês, sendo comparados aos chefes militares supremos. A seguir um trecho dos regimentos dados aos governadores:

Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer às instruções régias ali dadas sempre que uma avaliação pontual do serviço real o justificasse. (HESPANHA, 2001: 175)

Porém, em seguida, vê-se que esses cargos viviam em extrema instabilidade, em um mundo de mudanças, diferente do que era o mundo europeu. Fora a instabilidade, eles também enfrentavam o isolamento, a distância e a demora da chegada das decisões; assim, mostrando que por mais regalias e autonomia, esses cargos tinham as suas dificuldades e complexidades.

Para compreender melhor essa autonomia dos governadores, no caso específico do contexto das *Cartas Chilenas*, Azevedo descreve o modo como Cunha Menezes e Gonzaga se enfrentavam nas questões jurídicas, sendo que elas cabiam ao ouvidor, no caso, ao próprio Tomás Antônio Gonzaga. Segundo Azevedo, o governador agia de forma que seu poder era quase ilimitado, mesmo quando suas atitudes eram contestadas por outros poderes (AZEVEDO, 2005: 103), como o do ouvidor e de outras autoridades. Isso levava o governador a tomar decisões consideradas arbitrárias, muita as quais referidas por Gonzaga ao escrever as *Cartas* (AZEVEDO, 2005: 103), como por exemplo: explorar os presos na construção da cadeia, a população manter os soldados, desfia o sendo na festa do santíssimo infante e interferência nas decisões de despachos e contratos. Ainda há de destacar os privilégios e as mercês distribuídas por Cunha Menezes às pessoas que o cercavam, sendo tratado ironicamente, por Gonzaga, como o “funcionário régio de notória capacidade na distribuição de privilégio” (AZEVEDO, 2005: 102). Outro ponto de importância destacado por Azevedo, é o conflito gerado pela venda de patentes militares feitas por Menezes, que tanto desagradava Gonzaga, como se vê no trecho abaixo:

*Morreu um capitão, e subiu logo
Ao posto devoluto um bom Tenente:
Por que foi, Doroteu? Seria acaso
Por ser Tenente antigo? ou por que tinha
Com honra militado? Não, Amigo,
Foi só porque largou três mil cruzados;
Ah na mudes a cor de teu semblante,
Prudente Maximino! Não, não mudes;
Que importa que comprasses a patente?
Se tu a merecias a vileza
Da compra não te infama; sim ao Chefe,
Que nunca faz justiça, sem que a venda.
(GONZAGA, 2006: 131)*

Sendo que isso recai sobre a disputa de poder que havia entre o governador e o ouvidor, podendo até falar em uma elite de novos valores conflitando com a de velhos e com a questão da venda de cargos.

Noutro artigo, Hespanha tenta rever o estudo da elite colonial; na qual normalmente é vista só como uma classe, sendo que o autor quer mostrar os rostos das

peças, individualizando-as, saindo do formal para assim entender o cotidiano e os mecanismos de poder. Com isso, tirando a elite da visão que se cristalizou na história política, de uma classe restrita e enquadrada em estereótipos.

Vê-se que Hespanha tenta fixar as identidades, ou melhor, os rostos dessa elite, os seus lugares e de onde vem o poder dessas pessoas; como se observa no trecho abaixo:

Quem ocupa os lugares de destaque num grupo (numa cidade, num país) são ou os que detêm poder político ou os que se destacam pela fortuna, ou os que dominam pela cultura ou os que detêm o carisma ou a jurisdição religiosos. (HESPANHA, 2005: 40)

Nas páginas das *Cartas Chilenas*, os rostos da elite mineira do final do século XVIII, retratados conforme a pena de Gonzaga, podem ser mostrados, mesmo que por meio de codinomes. O mais importante é pensar também que dentro dessa elite havia tensões e rupturas. Assim se vê que a elite não pode ser vista como uma classe uniforme, pois dentro dela há uma heterogeneidade e posições de interesses. Isso vem ao encontro com a conclusão do artigo, quando o autor explica que essas elites tinham suas formas de se harmonizarem e não havia um único modelo para elas (HESPANHA, 2005: 43). Como se vê abaixo:

De que forma os poderes de umas corroem os poderes das outras. Ou seja, de que modo esta formação de elites de vários tipos e planos, este desencontro dos poderes sociais, resulta, afinal, em cosmos temporariamente (precariedade) organizados. (HESPANHA, 2005: 44)

No artigo de João Pinto Furtado, “*Viva o rei, viva o povo, e morra o governador*”; *tensão política e práticas de governo nas Minas do Setecentos*, o autor percorre a história da província de Minas, trazendo uma perspectiva interessante, mostrando que desde o começo da exploração do ouro houve conflitos entre a população das Minas e a Coroa. Destaca-se que em relação à cobrança de impostos, a insatisfação era geral tanto da elite, quanto do povo da província; sendo que todos tinham o intuito de sonegar os impostos (FURTADO, 2005: 405).

A elite era tida como súditos de Portugal, os homens dessa elite eram chamados de *homens bons*, sendo que tinham posição de destaque e eram ouvidos em pleitos da metrópole. Porém em alguns momentos esses se mostravam insubmissos e perigosos, sendo que o governador teria que os reconduzir para as condições de súditos leais (FURTADO, 2005: 406). Para diminuir os conflitos, usava-se o poder da metrópole, como mostra o autor:

O uso de todo o peso da autoridade metropolitana, e da força, nesse contexto político inerentes e desejável, uma vez que só por meio da autoridade se anulam e minimizam os efeitos da descontigüidade absoluta de interesses, principal característica das relações entre metrópole e colônia. (FURTADO, 2005 : 407)

A situação de insubordinação piora após a queda do Marquês de Pombal, pois a postura da coroa mudará radicalmente, como argumenta Furtado, será uma política diametralmente oposta à de Pombal (FURTADO, 2005: 407); com isso se intensificariam os conflitos entre metrópole e colônia.

Outro ponto do artigo a ser destacado é o histórico de revoltas e motins que aconteceram nas Minas no século XVIII, sempre com ênfase contra as políticas mercantilistas impostas pela metrópole, com as imposições tributárias, nas quais visava-se o maior lucro dos comerciantes favorecidos pela coroa. Essas medidas atingiam grande parte da população, tanto as menos favorecidas, quanto as mais, fazendo com que a população entrasse nos conflitos contra a coroa, levando a um agravamento da situação de vida da província, como se vê abaixo:

Ao final do século XVIII, em situação sensivelmente agravada pela miséria que grassava em algumas comarcas, a comoção popular poderia se tornar relativamente incontrolável, não seria dirigida apenas a uma suposta supressão do pacto colônia; a própria sobrevivência da ordem social poderia ser colocada em questão. (FURTADO, 2005: 410)

Assim, vê-se que os embates e os conflitos entre a coroa e elites locais da província de Minas vieram se tecendo ao longo do século XVIII, sendo que uma questão

de cunho econômico acabou influenciando o lado político e social daquela região, criando conflitos internos na própria província.

Com o propósito de compreender melhor os conflitos dentro da elite das Minas, se faz preciso definir quais são os grupos que estão no interior dessa elite. Para isso se embasa no livro de Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra* (MELLO E SOUZA, 2006: 148-181), no qual analisa-se a sociedade mineradora do final do XVIII, podendo identificar quais grupos Tomás Antônio Gonzaga e Cunha Meneses pertenciam, que seria a nobreza de terra e a de costume.

A nobreza de terra era composta pelos intelectuais e burocratas, que visavam trazer para as Minas os costumes tradicionais da Europa, para europeizar o local (MELLO E SOUZA, 2006: 174). Vê-se que Gonzaga se afinava com este grupo, pensando que ele próprio era português e de valores tradicionais; sendo também que este grupo valorizava os feitos individuais das pessoas, para que se empenhassem por uma melhor posição dentro da sociedade.

Já a nobreza de costumes seria aquela que tinha o dinheiro, mas que não detinha os modos e valores aristocráticos, como diz Laura de Mello e Souza; viviam “de cobrar dos contratos de dinheiro” (MELLO E SOUZA, 2006: 178), os modos de agir, que eram agressivos a sociedade e principalmente beneficiava os que estavam a sua volta. Assim, mostra que a elite de costume assustava e confrontava a nobreza de terra com o modo de agir, sendo que esta última desejava europeizar as Minas.

Este embate entre os dois grupos se faz bem representado nos versos de Crítilo, nos atos de Fanfarrão, como: no modo de se vestir em sua chegada ao Chile (Minas), seu comportamento na celebração do casamento do infante de Portugal e, principalmente, em dar mercês e privilégios aos seus aliados. Assim, mostra-se que estes conflitos vão desde a maneira de agir na vida privada e na pública, influenciando nas atitudes políticas, que é o grande mote das *Cartas Chilenas*, de Gonzaga.

Em suma, mostra-se que as *Cartas Chilenas* é uma obra do seu tempo, dialogando com as questões importantes, como as transformações sociais, políticas e a crise do ouro, que naquele momento afetava as Minas. Na pesquisa se viu como a crise econômica, influenciou os conflitos dentro da uma sociedade, destacando a elite; sendo que essa

também teve que lidar com uma coroa que só visava extrair as riquezas dessa província, com momentos de maior pressão e outros de menor. É importante ressaltar que as transformações não foram só no interior da sociedade mineira, mas também nas práticas da Coroa e em todo o império português.

Fonte

GONZAGA, T. A. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Referências Bibliográficas

ALCIDES, S. *Estes Penhascos*. Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773. São Paulo: HUCITEC, 2003.

AZEVEDO, E. M. *Minas Insurgente*. Conflitos e confrontos no século XVIII. Dissertação de Mestrado [História]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005. Cap. 3. MINAS SETECENTISTAS: NEGOCIAÇÃO, CONFLITO E A CONSPIRAÇÃO MINEIRA.p. 140-195.

BECHO, A. P. & VILLALTA, L. C. Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira. In: RESENDE, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (ed.). *História de Minas Gerais*. Vol.2. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007.p. 555-586.

FURTADO, J. P. *Uma república de leitores*. História e memória na recepção das *Cartas Chilenas* (1845-1989), São Paulo: HUCITEC, 1997.

FURTADO, J.P. “Viva o rei, viva o povo, e, morra o governador”: tensão políticas e práticas de governo nas Minas do Setecentos. In: BICALHO, M.F. & FERLINI, V.L.A. (ed.) *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português- séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 403-412.

HEPANHA, A.M. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, J. BICALHO, M.F. & GOUVEIA, M. de F.(ed.) *O antigo regime no trópicos: a dinâmica imperial portuguesa(séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-188

HESPANHA, A.M. Governo, elite e competência social:sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, M.F. & FERLINI, V.L.A. (ed.) *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português- séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 39-44

MAXWELL, K. *A Devassa da Devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.Cap. 3- DIVERGÊNCIA. p. 84-107.

MELLO E SOUZA, L. *O Sol e a Sombra*. Política e administração na América portuguesa do século XVIII, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Cap. 4- Nobreza de sangue e nobreza de costume: ideias sobre a sociedade de Minas Gerais no século XVIII. p. 148-181.

POLITO, R. *Um coração maior que o mundo*. Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial, São Paulo: Globo, 2004.

VILLATA, L.C. *Introdução*- parte: Inconfidência Mineira e inconfidências. In: RESENDE, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (ed.). *História de Minas Gerais*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. p. 551-554

VILLALTA, L. C. *As Origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira*. In: RESENDE, M. E. L. & VILLALTA, L. C. (ed.). *História de Minas Gerais*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. p. 579-607